

Parente, Bier e Lopes vão costurar ajuste com o FMI

Davi Zocoli

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, o secretário de Política Econômica, Amaury Bier, e o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, embarcarão hoje à noite para Washington. A informação, antecipada ontem pelo **Jornal de Brasília** foi confirmada pela Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda. De acordo com as informações oficiais, o grupo "dará continuidade às reuniões técnicas com o Fundo Monetário Internacional (FMI)".

O porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, negou, porém, que o objetivo da viagem seja submeter ao Fundo o esboço do programa de ajuste. "O doutor Pedro Parente não vai apresentar o plano, porque ele ainda não existe", afirmou. "Ele dará continuidade aos entendimentos que o ministro da Fazenda iniciou em Washington, sobre a montagem desse mecanismo de assistência financeira".

O programa com o Fundo, porém, deverá ser detalhado a partir das linhas básicas do ajuste fiscal elaborado pelo Governo. "Não se deve esperar nada parecido com um conjunto de medidinhas isoladas", afirmou um assessor do Ministério da Fazenda. "Dessa vez, estamos negociando com o FMI, por isso o programa terá de ter muito mais consistência e ser muito mais profundo", comentou.

Do lado das receitas, a medida mais significativa deverá ser mesmo a elevação da alíquota da Contribuição Provisória

**PEDRO Parente: detalhes**

sobre a Movimentação Financeira (-CPMF), de 0,2% para 0,3%. Com isso, o Governo deverá arrecadar cerca de R\$ 4 bilhões a mais em 99. Segundo o assessor, esse é o tipo de medida que causa boa impressão entre os técnicos do Fundo, pois dá resultado rápido, atinge a todos e não dá espaço à sonegação.

Outra medida que se encaixa no perfil procurado pelo Governo a curto prazo é o aumento da alíquota do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Da receita tributária do Governo, descontadas as transferências determina-

das pela Constituição para estados e municípios, o FEF poderá reter 40%, em vez dos 20% que vigoraram até agora.

A vantagem dessa medida é que ela não representa aumento de carga tributária, mas permite ao Governo ter mais flexibilidade nos gastos - inclusive para cortá-los. Sua principal função é retirar recursos "carimbados" para determinadas áreas e permitir ao Executivo que aloque o dinheiro nos gastos mais importantes. O aumento da alíquota do FEF permitirá ao Governo reduzir investimentos em áreas como educação e saúde e alocar os recursos, por exemplo, para cobrir o déficit previdenciário.

Para 99, a equipe econômica tem prometido um ajuste baseado no corte de despesas, principalmente no Governo Federal. Isso porque, na avaliação dos técnicos da Receita Federal, não há muito espaço para aumentar a carga tributária, sob o risco de incentivar a sonegação.